

O Financiamento Climático e o papel dos Bancos Regionais de Desenvolvimento na COP30

Laura Tavares Soares

“Queremos sair da era das doações. Os Fundos Ambientais (como o Fundo de Florestas Tropicais) devem ser financiados por investimentos”. (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª entrevista coletiva na Cúpula dos Líderes da COP30)

Resumo: Este Informe trata da participação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) na COP30. Destacamos aqui as principais contribuições dessas instituições no financiamento climático, ponto crucial e recorrente nas COPs. Na Cúpula de Líderes da COP30 foi lançado o *Fundo Florestas Tropicais para Sempre* (“Tropical Forests Forever Facility” - TFFF) como uma iniciativa inovadora liderada pelo Brasil, que visa transformar a lógica financeira do desmatamento, passando a remunerar os países tropicais pela conservação de suas florestas em pé. Embora o TFFF não seja diretamente financiado pelos BRDs (o capital inicial vem de contribuições soberanas, filantropia e setor privado), eles atuam como multiplicadores de impacto, mobilizando recursos adicionais, coordenando portfólios e integrando o TFFF a agendas regionais de adaptação e à REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) – sobretudo nos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Também foram apresentadas as atuações específicas de cada um dos BRDs, que participaram ativamente de reuniões prévias de preparação da COP30 bem como da Cúpula de Líderes. Avanços e desafios persistentes no financiamento climático bem como na participação dos BRDs também foram aqui destacados.

Palavras-chave: COP30. Financiamento Climático. Participação dos BRDs na COP30. Contribuições dos BRDs em projetos climáticos nos países em desenvolvimento.

Introdução

A COP30, que ocorre de 10 a 21 de novembro de 2025 em Belém (PA) – precedida pela Cúpula de Líderes (6-8 novembro) - é um marco para a implementação de compromissos climáticos globais, com foco especial no financiamento para países em desenvolvimento, especialmente para os mais vulneráveis.

Os *Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)* — instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe (CAF), o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) — desempenham um papel central nessa agenda. Eles são destacados como atores chave para *mobilizar recursos, coordenar ações e atrair investimentos privados*, especialmente no contexto do *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, um plano estratégico lançado em 5 de novembro de 2025 que visa US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035.

Mapa do Caminho de Baku a Belém (“Baku to Belem Roadmap”)

Trata-se de um plano estratégico apresentado em 5 de novembro de 2025, às vésperas da COP30 em Belém (PA), pelas presidências da COP29 (Azerbaijão, liderada por Mukhtar Babayev) e da COP30 (Brasil, liderada por André Corrêa do Lago).

O documento surge como resultado de consultas globais iniciadas na COP29 em Baku, no contexto da *Meta Financeira de Baku* (“New Collective Quantified Goal on Climate Finance” - NCQG), e visa guiar a mobilização de recursos para implementar o *Acordo de Paris*.

Ele estabelece um roteiro para realinhar o sistema financeiro internacional às necessidades climáticas de países em desenvolvimento, transformando *urgência científica em cooperação global e resultados efetivos*.

O mapa propõe mobilizar pelo menos US\$ 1,3 trilhão por ano em financiamento climático até 2035, direcionados a nações em desenvolvimento — que, apesar de emitirem menos gases de efeito estufa, sofrem os impactos mais severos da crise climática.

Esses recursos viriam de fontes públicas e privadas, incluindo governos ricos, bancos multilaterais, filantropia e setor privado. A meta é alcançável, segundo os analistas, *pois os recursos já existem*, mas exige esforços proporcionais à escala da crise.

O foco é na implementação (e não apenas em negociações), alinhando-se ao tema da COP30 como *a COP da implementação*.

As Cinco Áreas Prioritárias (as 5Rs)

O documento estrutura-se em cinco eixos prioritários, conhecidos como as *5Rs* (*Reestruturação, Recursos, Reformas, Responsabilização e Resiliência*), cada um com ações específicas e um cronograma até novembro de 2025:

1 - “Restructuring” / Reestruturação

- Reestruturação de portfólios climáticos para evitar duplicações e maximizar impacto.
- Adoção de métricas comuns de impacto ambiental por bancos multilaterais.
- Revisão de condições de dívida para priorizar adaptação em países vulneráveis.

2 - “Resources” / Recursos

- Aumento de capital e mobilização privada para triplicar contribuições a fundos climáticos.
- Emissão de títulos verdes soberanos padronizados; alavancagem de US\$ 300 bilhões anuais via parcerias público-privadas.

3 - “Reforms” / Reformas

- Reformas para agilidade institucional e inovação financeira. *Redução de burocracia em bancos de desenvolvimento.*
- Fortalecimento de capacidades nacionais para plataformas de investimento sustentável.

4 - “Reporting” / Relatórios/Responsabilização Transparência e “accountability” em fluxos financeiros.

- Criação de um *início de era de transparência* com relatórios e métricas padronizados.
- Monitoramento de progressos via UNFCCC (“United Nations Framework Convention on Climate Change”), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

5 - “Resilience” / Resiliência / Ênfase em adaptação e proteção de ecossistemas.

- Recursos para resiliência em setores como florestas, energia e cidades.
- Integração com NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas). |

Esses eixos foram elaborados com “input” de mais de 1.200 contribuições de países, instituições como Banco Mundial, FMI, BID e AfDB, e sociedade civil.

Contexto e Processo de Elaboração

Mandatado na COP29 (novembro de 2024), o mapa resulta de uma série de encontros, incluindo diálogos em Washington (Banco Mundial) e Pequim (AIIB - Banco Asiático de Investimento).

Ele conecta a COP29 à COP30 (foco na implementação), com suporte de coalizões como o *Círculo de Ministros das Finanças*.

Apresentado em 5 de novembro de 2025, durante a Cúpula de Líderes em Belém (6-7 de novembro), com endossos de líderes como o presidente Lula e o secretário-geral da ONU, António Guterres - que enfatizou: “... é hora de implementar”.

Servirá de base para as discussões na COP30 sobre a NCQG (“New Collective Quantified Goal”), Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático.

Impacto Esperado e Desafios

O mapa é visto como um multiplicador de impacto para atrair investimentos privados e reformar a arquitetura financeira global, impulsionando agendas como o **Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF)** e transições justas.

No entanto, desafios incluem a escassez de subvenções (“grants”) (atualmente <20% dos fluxos de financiamento), resistência de países ricos a reformas de dívida e a necessidade de transparência para reconstruir confiança.

O REDD+ e o TFFF

O **REDD+ (*Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal*)**, com a conservação, gestão sustentável e aumento de estoques de carbono) e o *Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)* são mecanismos complementares de *financiamento climático* baseados em *pagamentos por resultados* na conservação de florestas tropicais. Ambos operam sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), mas com estruturas, escalas e objetivos distintos.

O TFFF, lançado oficialmente em 6 de novembro de 2025 na COP30 em Belém (PA), foi concebido como uma evolução institucional do REDD+, ampliando seu alcance, duração e inclusão social.

REDD+

Criado em 2007 na COP13 (Bali), evoluiu para REDD+ na COP16 (Cancún, 2010).

Seu objetivo era reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) causadas por desmatamento e degradação florestal, promovendo conservação, manejo sustentável e aumento de estoques de carbono.

Seu mecanismo de financiamento eram os *Pagamentos por Resultados*, uma compensação financeira por reduções verificadas de emissões de carbono (em tCO₂e).

Seus principais Fundos eram:

- *Fundo Verde do Clima* (GCF), maior financiador, com US\$ 1,3 bilhão alocados até 2025;
- *Fundo Amazônia* (BNDES), gerido pela Noruega e pela Alemanha, com ~US\$ 1,3 bilhão doados ao Brasil; e o “REDD Early Movers” (REM), com Alemanha e Reino Unido pagando por resultados iniciais.

Seus principais desafios eram os pagamentos esporádicos e de curto prazo; a burocracia elevada no acesso a resultados; o risco de *vazamento* (desmatamento deslocado para outras áreas); e a falta de escala global.

Em síntese, o REDD+ foi o protótipo; *o TFFF é a versão escalável, previsível e de longo prazo*. Juntos, formam o núcleo da estratégia brasileira na COP30 para transformar florestas tropicais em *ativos financeiros globais permanentes*. O TFFF não substitui o REDD+, mas o complementa e institucionaliza, criando um fluxo financeiro contínuo que pode sustentar a bioeconomia e os direitos dos povos da floresta por gerações.

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)

O *Fundo Florestas Tropicais para Sempre* (“Tropical Forests Forever Facility” - TFFF) é uma iniciativa inovadora liderada pelo Brasil, lançada oficialmente em 6 de novembro de 2025, durante a Cúpula de Líderes na COP30.

Apresentada inicialmente na COP28 em Dubai (2023), *a proposta visa transformar a lógica financeira do desmatamento, remunerando países tropicais pela conservação de suas florestas em pé.*

Pelo menos 20% dos recursos devem ser destinados diretamente a povos indígenas e comunidades locais, promovendo uma transição justa e inclusiva.

O mecanismo alinha-se ao “Mapa do Caminho de Baku a Belém”, **ênfatizando pagamentos baseados em resultados** para mitigar a crise climática e preservar ecossistemas essenciais, como a Amazônia, o Congo e o Mekong.

Objetivo Principal do TFFF

O TFFF busca mobilizar US\$ 125 bilhões em capital inicial, investidos em títulos de baixo risco em mercados emergentes, para gerar **retornos anuais de até US\$ 4 bilhões (cerca de US\$ 4 por hectare de floresta preservada)**.

Esses pagamentos serão distribuídos a **nações que mantenham taxas de desmatamento abaixo de 0,5%**, monitoradas por satélite e sistemas de MRV (Monitoramento, Relato e Verificação).

O foco é em florestas tropicais e subtropicais úmidas, cobrindo mais de 1 bilhão de hectares em 74 países elegíveis.

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, destacou que *as florestas valem mais em pé do que derrubadas, integrando serviços ecossistêmicos (como retenção de carbono e regulação hídrica) ao PIB nacional.*

O *capital semente* (da ordem de US\$ 25 bilhões iniciais), proveniente de governos e filantropia, serve como garantia para *atrair US\$ 100 bilhões do setor privado.*

Os rendimentos, após pagamentos de juros, *fluem para países beneficiários por até 50 anos*, com flexibilidade na alocação (ex.: REDD+, restauração e bioeconomia).

Segundo a proposta, o Banco Mundial atua como depositário (“trustee”) e anfitrião interino da secretaria, com o propósito de garantir *transparência e padrões elevados de gestão dos recursos*.

Possui um **Conselho de Diretores** (*países tropicais e investidores*), um **Conselho Consultivo de Povos Indígenas e Comunidades Locais**, e um **Painel Técnico-Científico**.

Para serem elegíveis, os países devem demonstrar *sistemas robustos de mapeamento florestal, políticas antidesmatamento e que os pagamentos não substituam recursos nacionais*.

O Brasil coordena um *Comitê Provisório* com nações como Colômbia, Congo, Indonésia e investidores como Noruega e Emirados Árabes.

Avanços e Compromissos do TFFF na COP30

Lançado na Cúpula de Líderes em 6 de novembro de 2025 pelo presidente Lula, o TFFF *já superou 50% da meta para 2026, compromissos (“pledges”) totais de mais de US\$ 5 bilhões*.

O Brasil contribuiu com US\$ 1 bilhão (anunciado em setembro de 2025 na ONU); a Noruega com US\$ 3 bilhões (em 10 anos, confirmado na Cúpula de Líderes); a Indonésia com US\$ 1 bilhão. França Portugal e Reino Unido anunciaram contribuições iniciais cujos valores exatos estão em negociação.

O ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, afirmou que US\$ 10 bilhões até o fim de 2026 seria um *bom resultado*, priorizando o *apoio político* sobre volumes imediatos.

Líderes como o príncipe William elogiaram o *projeto visionário*.

O México também aderiu, através da representante do governo, Alicia Bárcena, destacando o Corredor Biocultural *Gran Selva Maya*.

O Brasil, como anfitrião da COP30, *prioriza parcerias Sul-Sul via BRICS e G20*, com *endosso dos líderes BRICS ao TFFF em declaração na Cúpula de Líderes*.

Impacto Esperado do TFFF

O TFFF pode se tornar um dos maiores fundos multilaterais do mundo, escalando finanças para conservação e alinhando-se à NCQG (*Nova Meta Coletiva Quantificada de Finanças Climáticas*).

Como *filho da COP30*, ele *reforça o protagonismo do Sul Global*, com o Brasil hospedando o lançamento para catalisar ações concretas.

A UNDP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) se comprometeu a *apoiar o acesso aos pagamentos, especialmente para comunidades locais*.

Em discurso de lançamento do TFFF na Cúpula de Líderes, o Presidente Lula coloca o TFFF como “uma iniciativa inédita” ... “Pela primeira vez na história os países do Sul global terão um protagonismo em uma agenda de florestas.” ... “Contamos com o apoio de organizações internacionais e da sociedade civil”. ... “O TFFF não é baseado em doação. Seu papel será complementar aos mecanismos que pagam pela redução de emissões de gases de efeito estufa. Investimentos soberanos de países desenvolvidos e em desenvolvimento vão alavancar um fundo de capital misto. Os lucros gerados serão repartidos entre os países de florestas tropicais e os investidores. Os recursos irão diretamente para os governos nacionais, que poderão

garantir programas soberanos de longo prazo. Um quinto dos recursos poderá ser destinado aos povos indígenas e comunidades locais.”

Papel Estratégico dos BRDs na COP30

Os BRDs são vistos como **multiplicadores de impacto** na transição climática, atuando em quatro pilares principais do *Mapa do Caminho Baku Belém*.

1. **Reestruturação e Coordenação de Portfólios Climáticos.** Proposta para que os BRDs adotem métricas comuns de impacto ambiental e planos integrados de financiamento, evitando duplicações de projetos e ampliando o alcance dos recursos. Isso inclui a revisão de condições de dívida para países vulneráveis e a emissão de títulos verdes soberanos padronizados.
2. **Aumento de Capital e Mobilização Privada.** Os *bancos multilaterais e regionais* devem triplicar contribuições para fundos climáticos, podendo alavancar até US\$ 300 bilhões anuais. O BID e o CAF, por exemplo, apoiam iniciativas como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que será operacionalizado pelo Banco Mundial e gerido com *participação de bancos regionais*.
3. **Reforma para Agilidade.** A agenda do Ministério da Fazenda brasileiro prioriza *tornar os BRDs mais ágeis, com foco em inovação financeira, redução de burocracia e integração com o setor privado*. Isso envolve o fortalecimento de capacidades domésticas e plataformas nacionais de investimento sustentável.
4. **Adaptação e Resiliência Regional.** Ênfase em recursos para adaptação climática, com anúncios esperados de filantropia, países ricos e BRDs. O presidente da COP30, André Corrêa do Lago, destacou que alguns recursos provêm de países ricos, alguns de filantropia e, sobretudo, da *atenção dos bancos multilaterais de desenvolvimento para adaptação*.

Exemplos de iniciativas Específicas dos BRDs na COP30²¹

> BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Apoia o Mapa do Caminho desde a COP29 em Baku, com foco em reestruturação de dívida e atração de capital privado para projetos de adaptação na América Latina. Participa de consultas que reuniram mais de 1,2 mil contribuições para o relatório do Círculo de Ministros das Finanças.

> CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe). Seu presidente executivo, Sergio Díaz-Granados, está em Belém para a Cúpula de Líderes (6-7 de novembro), visitando projetos apoiados como o *Museu das Amazônias e o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia*. O CAF enfatiza financiamentos verdes e transição justa para o setor privado, *redefinindo competitividade nos negócios*.

> BDC (Banco de Desenvolvimento do Caribe). Seu presidente, Daniel Best, alertou para a vulnerabilidade caribenha em painéis preparatórios, destacando a COP30 como oportunidade para resiliência climática e finanças ESG. O Brasil posiciona a conferência como plataforma para cooperação Sul-Sul, incluindo apoio técnico a NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) de ilhas vulneráveis.

²¹ Mais adiante serão detalhadas as ações de cada BRD.

> Outros BRDs, como o AfDB, integram coalizões para modernizar instituições financeiras, tornando-as mais acessíveis a países em desenvolvimento.²²

Os BRDs são considerados pivôs para transformar promessas em ações concretas na COP30, com o Brasil impulsionando uma *reglobalização sustentável*.

Participação dos BRDs no Financiamento do Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF)

O Fundo Floresta Tropical para Sempre (“Tropical Forests Forever Facility” - TFFF), tal como apontado acima, representa um mecanismo inovador de financiamento climático. Ele visa mobilizar até US\$ 125 bilhões em investimentos iniciais, investidos em títulos de baixo risco para gerar retornos anuais de longo prazo (até 50 anos) a países tropicais que conservem e expandam florestas, com pagamentos baseados em resultados. Pelo menos 20% dos recursos devem ir para povos indígenas e comunidades tradicionais, e o Banco Mundial atua como “trustee” e anfitrião interino, gerenciando a governança via um Conselho Executivo independente.

Os **Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)** desempenham um *papel complementar e estratégico no TFFF*. Embora o fundo não seja diretamente financiado por eles (o capital inicial vem de contribuições soberanas, filantropia e setor privado), os BRDs atuam como *multiplicadores de impacto, mobilizando recursos adicionais, coordenando portfólios e integrando o TFFF a agendas regionais de adaptação e REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal)*.

Sua participação alinha-se ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, que busca US\$ 1,3 trilhão anuais em finanças climáticas até 2035, com ênfase em *inovação financeira e atração de capital privado*.

Contribuições dos BRDs

- **Mobilização e Alavancagem de Recursos.** Os BRDs ajudam a triplicar contribuições para fundos climáticos, potencializando o TFFF para alavancar US\$ 300 bilhões anuais em investimentos privados. Eles emitem títulos verdes soberanos padronizados e reestruturam dívidas para priorizar conservação florestal, evitando duplicações em projetos.
- **Integração Regional e Apoio Técnico.** Como instituições credenciadas no *Fundo Verde do Clima* (GCF) e no Fundo de Adaptação, os BRDs fornecem suporte para preparação de países beneficiários, incluindo sistemas de monitoramento transparente e alocação de 20% dos fundos para comunidades locais.
- **Governança e Transparência.** Participam de coalizões para modernizar instituições financeiras, *garantindo que o TFFF siga métricas comuns de impacto ambiental*.

Participação Específica no TFFF por BRD

- **BID** (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Líder na América Latina, o BID apoia o TFFF desde a COP29 em Baku, focando na reestruturação de dívida e atração de capital privado para projetos amazônicos. Emite garantias para bonds do fundo e integra o TFFF a iniciativas como o Programa de Parcerias para Florestas Amazônicas, com potencial de US\$ 500 milhões em cofinanciamento. O presidente do BID, Ilan

²² Idem

Goldfajn, destacou na Cúpula de Líderes da COP30 (6-7 de novembro) que o banco atuará como "ponte" para mobilizar US\$ 100 bilhões em investimentos sustentáveis na região.

- CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe).

Ativo na bioeconomia amazônica, o CAF financia projetos-piloto alinhados ao TFFF, como o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia em Belém, visitado por seu presidente Sergio Díaz-Granados em 6 de novembro de 2025. A instituição comprometeu-se com US\$ 200 milhões em linhas de crédito verde para conservação florestal, enfatizando pagamentos por serviços ecossistêmicos. Díaz-Granados, no pavilhão conjunto com a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), posicionou o CAF como parceiro para escalar o TFFF, integrando-o a transições justas para o setor privado.

- AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento).

Focado na África tropical, o AfDB participa via coalizões para REDD+ e adaptação, com compromissos de US\$ 150 milhões em cofinanciamento para florestas do Congo Basin.

Seu presidente, Akinwumi Adesina, endossou o TFFF na Cúpula de Líderes, defendendo sua replicação como modelo global. O banco integra o fundo à sua estratégia de "Green Climate Fund", priorizando resiliência em nações vulneráveis.

- CDB (Banco de Desenvolvimento do Caribe).

Enfatizando ilhas caribenhas com florestas tropicais, o CDB apoia o TFFF com US\$ 50 milhões em financiamentos para resiliência climática, incluindo monitoramento de biodiversidade. Seu presidente, Daniel Best, alertou em painéis preparatórios para a COP30 sobre a *necessidade de recursos a fundo perdido*, posicionando o banco como facilitador para delegações caribenhas.

2ª parte

A seguir apresenta-se a participação específica de cada um dos BRDs na COP30.

O Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) na COP30

O CAF é uma das instituições financeiras multilaterais mais ativas na agenda climática da COP30. Como banco de desenvolvimento com 20 países acionistas — incluindo Brasil, nações da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal — o CAF enfatiza o financiamento sustentável, a integração regional e a *transição verde*, alinhando-se ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, plano que busca mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em recursos climáticos até 2035.

Seu presidente executivo, Sergio Díaz-Granados, esteve presente na Cúpula de Líderes (6-7 de novembro), destacando o papel da América Latina e do Caribe como "regiões de soluções" para a crise climática e de biodiversidade.

Participação Estratégica do CAF

O CAF atua em pilares centrais da COP30, como *mobilização de capital privado, adaptação climática e inovação financeira*.

Em setembro de 2025, o CAF anunciou *suporte financeiro e logístico a países latino-americanos e caribenhos com dificuldades para participar da COP30*, especialmente as ilhas vulneráveis ao clima. Isso incluiu custeio de viagens e hospedagem para delegações, priorizando *nações mais prejudicadas pelas mudanças climáticas*, conforme declaração de Díaz-Granados ao Itamaraty.

A instituição defende a *triplicação de contribuições para fundos climáticos e a emissão de títulos verdes padronizados*. No contexto da COP30, Díaz-Granados enfatiza que o setor privado deve esperar uma *mudança de foco: complementar declarações com ações concretas*, promovendo parcerias para projetos de bioeconomia e transição justa.

Como credenciado no Fundo Verde do Clima (GCF) e no Fundo de Adaptação, o CAF apoia iniciativas de resiliência na Amazônia e Caribe, integrando métricas comuns de impacto ambiental para evitar duplicações em portfólios climáticos.

Iniciativas e Visitas em Belém

Em 6 de novembro de 2025, Díaz-Granados iniciou as atividades da CAF em Belém, marcando o primeiro dia de engajamento oficial:

- Visita ao Museu das Amazônias (MOA). Acompanhado pela secretária de Cultura do Pará, Úrsula Vidal, o presidente visitou o museu apoiado pela CAF. Inaugurado há um mês, o MOA já recebeu mais de 50 mil visitantes, promovendo educação ambiental e preservação cultural amazônica.

- Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia. Recorrido pelo complexo de 6 mil m² no Porto Futuro, o maior “hub” de desenvolvimento tecnológico baseado em produção florestal sustentável do mundo. O espaço combina ciência, tecnologia e saberes tradicionais para transformar a biodiversidade em negócios de alto valor, com presença do reitor da Universidade Federal do Pará, Gilmar Pereira da Silva, e do secretário-geral da OEI, Mariano Jabonero.

- *Pabellón* Conjunto com a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica* OTCA.

O CAF une forças com a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica* (OTCA) em um estande de 150 m² na COP30, destacando soluções regionais para florestas, energia renovável e cidades resilientes.

Díaz-Granados, listado entre os 100 líderes climáticos mais influentes de 2025 pela TIME, reforça o multilateralismo Sul-Sul, com o CAF atuando como *multiplicador de impacto* para atrair US\$ 300 bilhões anuais em investimentos privados.

Os desafios incluem a escassez de recursos a fundo perdido e resistência a reformas de dívida, mas, segundo o presidente do CAF, *a presença de líderes como o presidente Lula na Cúpula impulsiona otimismo*.

Em discurso na Plenária de Líderes, o representante do Presidente do Banco (Pablo Gentili) afirmou que o CAF é o Banco *verde e azul* da região e que o tem demonstrado com fatos. Há quatro anos se comprometeu a destinar US\$ 25 bilhões a operações verdes em um lapso de cinco anos. Hoje já foram desembolsados mais de US\$ 20 bilhões, sendo mais de 40% do financiamento verde. *A inovação financeira se transformou em um selo institucional*. A meta é chegar em 2031 com uma carteira de US\$ 90 bilhões, sendo *pelo menos US\$ 40 bilhões da Carteira Verde*.

Dessa forma, o CAF posiciona a COP30 como catalisadora para uma *reglobalização sustentável*, com foco em ações concretas na *bioeconomia amazônica e resiliência caribenha*.

O Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) na COP30

O Banco de Desenvolvimento do Caribe (“Caribbean Development Bank”) - CDB, instituição financeira multilateral sediada em Barbados e dedicada ao desenvolvimento sustentável do Caribe, desempenha um papel estratégico na COP30.

Como o *único banco de desenvolvimento indígena da região*, o CDB foca na *vulnerabilidade climática das ilhas caribenhas, promovendo resiliência, finanças verdes e adaptação*.

Seu presidente, Daniel Best, tem alertado para a urgência de ações coordenadas, posicionando o CDB como *ponte para cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o Caribe*.

A instituição também alinha sua agenda ao "Mapa do Caminho de Baku a Belém", visando mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em recursos climáticos até 2035, *com ênfase em recursos a fundo perdido para nações pequenas e ilhas em desenvolvimento (SIDS)*.

O CDB atua em pilares chave da COP30, como *mobilização de capital privado, reforma financeira e adaptação regional*.

Em setembro de 2025, o CDB anunciou suporte para delegações caribenhas com dificuldades de participação, incluindo custeio de viagens e hospedagem para países vulneráveis.

Isso se estende à *capacitação em temas climáticos*, com parcerias como o Banco Mundial e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), anunciadas em 4 de novembro de 2025, para fortalecer compras públicas resilientes no Caribe Oriental.

Credenciado no Fundo Verde do Clima (GCF), o CDB defende a triplicação de contribuições para fundos climáticos e a emissão de títulos verdes. Em julho de 2025, lançou uma facilidade de concessão de EUR 4 milhões com a Agência Francesa de Desenvolvimento ("Agence Française de Développement") – AFD - para investimentos em clima e gênero, que serão escalados na COP30. Best enfatiza que o setor privado deve complementar ações estatais com investimentos concretos em transição justa.

O CDB integra *coalizões para modernizar instituições financeiras, promovendo métricas comuns de impacto e reestruturação de dívidas*.

Na Cúpula de Líderes (6-7 de novembro), Best (Presidente do CDB) destacou a COP30 como oportunidade para *fortalecer a resiliência caribenha e estabilidade econômica*, com foco em NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) para as ilhas.

O CDB tem preparado o terreno para a COP30 por meio de eventos que fortalecem laços com o Brasil, como a 55ª Reunião Anual dos Governadores (junho de 2025, Brasília). Sob o tema *Construindo Instituições Resilientes para uma Região Mais Forte*, o evento ligou discussões à COP30, com painéis sobre finanças climáticas.

O Brasil anunciou contribuições da ordem de US\$ 5 milhões ao *Fundo Especial de Desenvolvimento do CDB*, impulsionando projetos de adaptação.

O *Painel Brasil-COP30 sobre Resiliência Climática (abril-maio de 2025)* discutiu resultados esperados da COP30, com foco no papel do Caribe no diálogo global. Reuniu "policymakers", "experts" e setor privado para compartilhar experiências brasileiras em finanças climáticas, preparando o terreno para colaborações regionais.

O CDB financia ainda iniciativas como o "Building Resilience for Adaptation to Climate Change in Agriculture in Saint Lucia" e contribuições ao Fundo Especial de Desenvolvimento (11º ciclo, julho de 2025), com apoio de parceiros globais para escalar ações na COP30.

O CDB reforça, ainda, o multilateralismo.

O Brasil, como anfitrião, vê o CDB como parceiro chave na Cúpula Brasil-Caribe (junho de 2025).

Seus desafios incluem escassez de recursos não reembolsáveis e impactos de eventos extremos.

A sociedade civil caribenha pressiona por transparência via plataformas subnacionais, integrando o CDB a soluções locais como a iniciativa CARICOM "25 by 2025" para reduzir a dependência de importações alimentares.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na COP30

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como o Banco dos BRICS, é uma instituição financeira multilateral fundada em 2015 pelos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para financiar infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes. Com capital inicial de US\$ 50 bilhões e presidência atual de Dilma Rousseff (ex-presidente do Brasil), *o NDB tem se posicionado como um ator chave na agenda climática global, alocando 40% de seus recursos para projetos sustentáveis.*

Na COP30 o NDB reforça seu compromisso com a *mobilização de recursos para a transição climática*, alinhando-se também ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, plano que visa US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035. Presidido por uma brasileira, o banco integra as prioridades do Brasil como anfitrião, enfatizando reformas na arquitetura financeira global e parcerias Sul-Sul.

Participação Estratégica do NDB

O NDB atua em pilares centrais da COP30, como *inovação financeira, mobilização de capital privado e adaptação climática*

Em setembro de 2025, o NDB integrou o relatório conjunto dos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs), que *registrou US\$ 137 bilhões em finanças climáticas em 2024 — um recorde que informará as negociações da COP30.*

O banco comprometeu-se a *triplicar contribuições para fundos climáticos e a emitir títulos verdes, mobilizando US\$ 134 bilhões em investimentos privados no ano passado (2024).*

No Círculo de Ministros das Finanças da COP30, **o NDB defende *métricas comuns de impacto ambiental e reestruturação de dívidas para priorizar a conservação.***

Em junho de 2025, os chefes dos MDBs, incluindo o NDB, emitiram uma declaração conjunta destacando a importância da COP30 para segurança hídrica e eficiência operacional, com acordos de confiança mútua para cofinanciamentos.

Dos mais de 120 projetos do NDB aprovados desde sua criação (totalizando US\$ 40 bilhões), 40% focam em energia limpa, eficiência energética e proteção ambiental.

O NDB enfatiza ***transições justas***, com Dilma Rousseff reafirmando que o banco deve liderar investimentos em ação climática e transição energética.

Iniciativas e Projetos do NDB no Brasil Alinhados à COP30

O NDB tem forte presença no Brasil, com mais de 20 projetos financiados (US\$ 3,5 bilhões), muitos diretamente ligados à agenda da COP30.

O Projeto de Desenvolvimento Sanitário do Pará, aprovado em março de 2025, inclui US\$ 50 milhões para melhorar o *saneamento básico em Belém* (cidade-sede da COP30) e sete municípios paraenses, promovendo *resiliência urbana e redução de emissões.*

É um dos 29 projetos brasileiros aprovados, totalizando US\$ 6,4 bilhões.

O NDB participa ativamente *na Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP)*. Lançada em outubro de 2024, ao lado do BNDES, Banco Mundial e BID, para *mobilizar capital internacional em planos de transição ecológica*. Representantes de alto nível do NDB compareceram ao lançamento, posicionando o banco como *parceiro chave para escalar investimentos verdes no G20 e na COP30*.

Em julho de 2025, aprovou o *primeiro hospital público inteligente do Brasil* ("Brazil Smart Hospital Project") na área de Infraestrutura social; e, em setembro, o "Serra da Palmeira Wind Power Project" (*energia eólica, não soberano*), *projetos alinhados à NDC brasileira (redução de 43% nas emissões até 2030)*.

Na Cúpula dos BRICS de julho de 2025 no Rio de Janeiro, os líderes endossaram o NDB na Declaração do Rio, destacando seu papel em governança inclusiva e sustentável. Lula, em reunião com Rousseff, elogiou o banco como prova de uma *arquitetura financeira reformada e equitativa*, catalisando recursos para a COP30.

Em síntese, o NDB posiciona a COP30 como oportunidade para demonstrar um *modelo de financiamento mais justo*, com foco em ações concretas na Amazônia e na bioeconomia.

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) na COP30

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), instituição multilateral fundada em 2015 com 110 membros e foco em infraestrutura sustentável, desempenha um papel complementar e estratégico na COP30.

Como banco de desenvolvimento emergente, o AIIB enfatiza a integração de objetivos climáticos em projetos de infraestrutura, alinhando-se ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, plano que busca mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035.

Com presidência de Jin Liqun e *ênfase em parcerias Sul-Sul*, o AIIB atua como *multiplicador de recursos para adaptação, mitigação e transição verde*, especialmente em economias emergentes como o Brasil.

Sua participação reforça a reforma da arquitetura financeira global, promovendo inovação em títulos verdes e cofinanciamentos com outros MDBs ("Multilateral Development Banks").

O AIIB integra pilares centrais da COP30, como mobilização de capital privado, reforma financeira e preservação de ecossistemas.

Em maio de 2025, o AIIB sediou em Pequim o evento O Caminho para a COP30: Rumo ao Roteiro de Baku a Belém para 1,3 Trilhão – Diálogo de Pequim, copresidido pela embaixadora Tatiana Rosito (secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda brasileiro).

O encontro reuniu *acionistas asiáticos, instituições financeiras chinesas, centros de pesquisa e setor privado para discutir a mobilização de recursos*.

O AIIB defende ***métricas comuns de impacto ambiental e triplicação de contribuições para fundos climáticos, com foco na reestruturação de dívidas para priorizar conservação***.

Em 2025, o vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, visitou a sede do AIIB para expandir parcerias em desenvolvimento sustentável, destacando o *apoio do banco à presidência brasileira do G20 e à COP30*. Isso inclui cofinanciamentos para infraestrutura resiliente, como a *Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP)*, que mobiliza capital internacional para energia renovável e bioeconomia amazônica.

O AIIB participa do evento de alto nível na COP30 sobre Adaptação, com presidentes e vice-presidentes de MDBs em 10 de novembro, ao lado de instituições como BID, AfDB, ADB e Banco Mundial, focando em ações conjuntas para resiliência climática.

Além disso, o vice-presidente do AIIB agendou reuniões bilaterais com líderes como o chefe do governo de Punjab (Paquistão), Maryam Nawaz Sharif, para discutir parcerias verdes em mobilidade limpa e governança sustentável.

O AIIB aloca cerca de 50% de seus investimentos para projetos climáticos, com compromissos anuais de US\$ 10 bilhões em finanças sustentáveis

No contexto da COP30, o AIIB promove a transição de *infraestrutura cinza para verde*, integrando natureza como infraestrutura essencial — como ecossistemas para mitigação de riscos climáticos —, conforme destacado por Erik Berglöff, vice-presidente do Banco para Política e Estratégia Climática.

Isso se reflete em *projetos brasileiros*, como suporte à expansão de renováveis (90% da eletricidade brasileira já é renovável) e hidrogênio verde, com US\$ 3,5 bilhões em uma planta pioneira.

Embora não seja diretamente financiador, o AIIB apoia indiretamente o *Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF)* via coalizões de MDBs, contribuindo para os US\$ 125 bilhões em *investimentos mistos para conservação florestal tropical, com pagamentos baseados em resultados a partir de 2026*.

O AIIB alcançou a certificação ISO 2021 para sustentabilidade em eventos, aplicada à sua 10ª Reunião Anual de Governadores em Pequim (junho de 2025), servindo como modelo para práticas na COP30.

Como alternativa aos bancos tradicionais, o AIIB reforça o multilateralismo asiático-brasileiro, com o Brasil como membro fundador e anfitrião da COP30.

Os desafios persistem na escassez de recursos a fundo perdido e na necessidade de maior inclusão de nações vulneráveis.

A sociedade civil cobra transparência em negociações, alinhando o AIIB a plataformas subnacionais para ações locais em florestas e cidades resilientes.

O Banco Africano de Desenvolvimento AfDB na COP30

O Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank - AfDB), instituição multilateral sediada em Abidjan (Costa do Marfim) com 81 países membros, é um ator relevante na agenda climática da COP30. Sob a presidência de Dr. Sidi Ould Tah, o AfDB prioriza a advocacia por reformas no financiamento climático, transição energética justa e adaptação para o continente africano, também alinhando-se ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, que visa mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em recursos até 2035.

Como credenciado no Fundo Verde do Clima (GCF) e no Fundo de Adaptação, o AfDB atua como *campeão* das prioridades africanas, promovendo parcerias Sul-Sul com o Brasil e integrando métricas comuns de impacto ambiental para evitar duplicações em portfólios climáticos.

O AfDB foca em pilares centrais da COP30, como mobilização de capital privado, reforma financeira e preservação de ecossistemas.

Na *Advocacia por Financiamento Climático*, o banco lidera a *intensificação da agenda africana*, defendendo a *triplicação de contribuições para fundos climáticos e a emissão de títulos verdes soberanos*.

Em 6 de novembro de 2025, na Cúpula de Líderes, o Dr. Sidi Ould Tah – Presidente do Banco - reuniu-se com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva para discutir reformas na arquitetura financeira global, *ênfatizando recursos a fundo perdido para nações vulneráveis*.

O AfDB participa do Círculo de Ministros das Finanças da COP30, contribuindo para o relatório final de outubro de 2025, que destaca coalizões de MDBs (Multilateral Development Banks) para modernizar instituições e atrair US\$ 300 bilhões anuais em investimentos privados.

O AfDB promove, ainda, ***uma nova abordagem para medir a riqueza verde dos países africanos, utilizando métricas de PIB para valorizar ativos naturais e incentivar ações climáticas***.

Como parceiro do “Global Center on Adaptation” (GCA), o AfDB lidera o “Africa Adaptation Acceleration Program” (AAAP), visando *mobilizar US\$ 25 bilhões para adaptação até 2025*. Isso inclui *suporte para sistemas de alerta precoce e resiliência em setores como água, energia e agricultura*.

O AfDB está ativamente presente em Belém desde 4 de novembro de 2025, com delegação liderada por Dr. Sidi Ould Tah e Kevin Kariuki (vice-presidente para Energia, Poder e Clima).

Na Cúpula de Líderes o banco participou de painéis de alto nível sobre adaptação, ao lado de outros MDBs como BID e AIIB, focando em ações conjuntas para a África. Kariuki destacou a COP30 como plataforma para *ações ousadas em energia e finanças climáticas*.

O AfDB também testa mecanismos inovadores, como a “Climate Action Window” (Janela de Ação Climática), com US\$ 429 milhões em “funding” para *mobilizar US\$ 4 bilhões até o fim de 2025 e US\$ 13 bilhões a longo prazo, oferecendo acesso rápido a finanças para países africanos*. Isso se integra ao apoio para NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e REDD+ em *florestas tropicais africanas*.

O AfDB copatrocinou a ***13ª Conferência Africana sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento (CCDA-XIII) em setembro de 2025***, definindo a *posição comum africana para a COP30*. Isso informa a Segundo Cúpula Africana sobre Clima (ACS2) e as negociações globais.

O AfDB tem integrado o clima em 70% de suas operações, mobilizando US\$ 10 bilhões anuais em finanças verdes, e vê a COP30 como oportunidade para fechar o gap de adaptação africano, estimado em US\$ 50 bilhões.

Os desafios ainda incluem a escassez de subvenções (“grants”) e a resistência a reformas de dívida, mas o otimismo prevalece com endossos de líderes africanos e parcerias com o setor privado.

A sociedade civil africana organizada pressiona por maior inclusão de comunidades locais nas negociações.

O AfDB posiciona, finalmente, a COP30 como catalisador para uma *transição energética justa e equitativa* na África, transformando promessas em investimentos concretos.

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) na COP30

O Banco Asiático de Desenvolvimento (Asian Development Bank - ADB), instituição multilateral com 69 membros e sede em Manila (Filipinas), é um ator essencial na agenda climática da COP30,).

Sob a presidência de Masato Kanda (eleito em fevereiro de 2025), o ADB prioriza a adaptação climática, infraestrutura sustentável e integração regional na Ásia-Pacífico, também alinhando-se ao *Mapa do Caminho de Baku a Belém*, que busca mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035.

Como credenciado no Fundo Verde do Clima (GCF) e no Fundo de Adaptação, o ADB também atua como *multiplicador de impacto* em coalizões com outros BRDs e Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs), promovendo inovação financeira, alinhamento com o Acordo de Paris e suporte a nações vulneráveis, com foco em Ásia-Pacífico, mas estendendo parcerias globais, incluindo o Brasil como anfitrião.

O ADB integra pilares centrais da COP30, como mobilização de capital privado, reforma financeira e preservação de ecossistemas.

Em outubro de 2025, os chefes de MDBs e BRDs, incluindo o ADB, reuniram-se em Washington para revisar ações conjuntas e priorizar suporte a estratégias climáticas de países clientes na COP30.

O Banco assumirá a presidência do Grupo de BRDs em dezembro de 2025, trazendo ênfase em integração regional Ásia-Pacífico, adaptação climática e infraestrutura sustentável. Isso inclui o lançamento do primeiro *Relatório Anual Conjunto de Financiamento para Segurança Hídrica* e compromissos para aumentar investimentos em água até 2030.

O ADB contribuiu para o recorde de US\$ 125 bilhões em finanças climáticas globais dos BRDs e MDBs em 2023 (mais que o dobro da meta de 2025), mobilizando US\$ 134 bilhões em capital privado em 2024 — um aumento de 33%.

Na COP30, defende *métricas comuns de impacto ambiental*, alinhamento de KPIs (indicadores chave de performance), uma das principais métricas de um negócio para natureza e biodiversidade, e *triplicação de contribuições para fundos climáticos*.

O ADB alinha 100% de suas operações soberanas ao Acordo de Paris até julho de 2023 e não soberanas até 2025.

Prioriza, ainda, respostas à crescente ameaça climática na Ásia-Pacífico, com foco em energia limpa, desenvolvimento verde e gestão de riscos de desastres.

Integra o ADB iniciativas como a *Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP)*, mobilizando recursos para bioeconomia amazônica e renováveis.

O ADB tem forte presença em Belém, com delegação liderada por Masato Kanda, seu presidente, e representantes de alto nível.

Participa de painel com presidentes e vice-presidentes de MDBs e BRDs (como BID, AfDB, AIIB e Banco Mundial), focando em ações conjuntas para resiliência climática e alinhamento de estratégias com metas de redução de carbono.

O Instituto do ADB (ADBI) lançou, em outubro de 2025, um livro sobre barreiras ao financiamento climático e uso de conhecimento local, preparando o terreno para a COP30.

No pavilhão japonês (11 de novembro), discute transparência em mitigação climática em níveis nacional, corporativo e de instalações. Outro seminário (12 de novembro) aborda florestas, agricultura e economia verde no Sul Global.

Participa de *Convenção paralela à COP30*, reunindo “think tanks”, governos, BRDs e MDBs para discutir *lacunas em finanças climáticas e desenvolvimento sustentável*.

Na Cúpula de Líderes (6-7 de novembro), o ADB agenda reuniões com líderes como a chefe de governo de Punjab (Paquistão), Maryam Nawaz Sharif, para discutir parcerias em mobilidade limpa, e-mobilidade e reformas de vida selvagem, fortalecendo laços Sul-Sul.

Os desafios são comuns a outros BRDs, incluindo a escassez de recursos a fundo perdido e necessidade de maior inclusão de nações em desenvolvimento, mas o otimismo prevalece com parcerias público-privadas e filantropia.

A sociedade civil, via plataformas subnacionais, também pressiona por transparência e inclusão local nas negociações.

Finalmente, o ADB vê a COP30 como oportunidade para fechar o “gap” de financiamento climático na Ásia-Pacífico, onde eventos extremos afetam milhões, e para replicar modelos de sucesso em infraestrutura verde globalmente. O ADB posiciona a COP30 como catalisador para uma *Ásia-Pacífico resiliente e sustentável, transformando compromissos em investimentos concretos via colaboração multilateral*.

Considerações Finais

Fica evidente o papel relevante dos BRDs no financiamento de projetos de prevenção, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nas suas respectivas regiões, sobretudo naqueles países considerados mais vulneráveis. Dessa forma, os BRDs são considerados como elementos multiplicadores de impacto do financiamento climático debatido na COP30.

Os BRDs não financiam diretamente o TFFF – instrumento inovador de financiamento climático lançado na Cúpula de Líderes, mas são essenciais para sua escalabilidade, atuando como catalisadores regionais para transformar compromissos em ações concretas.

Os principais e persistentes desafios aqui apontados são a insuficiência de recursos não reembolsáveis, a dívida dos países mais pobres, bem como a necessidade de uma maior abrangência territorial no financiamento das intervenções climáticas nas regiões, com a inclusão de mais países - sobretudo os mais vulneráveis.

Organizações Não Governamentais, bem como as representações de populações locais, cobram maior transparência e mais participação nas decisões de investimentos dos BRDs e no financiamento climático global.

Fica claro o papel do Brasil, como anfitrião da COP30, na liderança da agenda de implementação, integrando G20 e BRICS para fortalecer a cooperação Sul Sul, potencializando a integração entre meio ambiente e finanças.

Fontes de Consulta

1. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-no-lancamento-do-fundo-de-florestas-tropicais-para-sempre-tfff>

2. <https://cop30.br/pt-br>
3. <https://tfff.earth/pt/>
4. <https://www.caf.io/pt>
5. <https://www.caribank.org/>
6. <https://www.ndb.int/>
7. <https://www.aiib.org/en/index.html>
8. <https://www.afdb.org/pt>
9. <https://www.adb.org/>